

# FORMAS E FUNÇÃO: A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO EM SALA DE AULA

Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES)

[lhpr@terra.com.br](mailto:lhpr@terra.com.br)

Mônica Santos Souza (UFES)

[Monica.vit@hotmail.com](mailto:Monica.vit@hotmail.com)

## 1. Introdução

As pesquisas linguísticas podem ser separadas em dois grandes polos: (1) o polo formalista, que enfatiza a forma linguística, relegando a função ao segundo plano. A língua é tratada como sendo um objeto autônomo, cuja estrutura independe de seu uso em situações comunicativas reais; (2) o polo funcionalista com ênfase na função que a forma linguística desempenha. A língua não é concebida como uma unidade autônoma, visto que fatores sociais, cognitivos, históricos, dentre outros, influenciam na forma de codificação linguística.

Bolinger (1968) defende uma correlação biunívoca entre forma e função, ou seja, há uma forma para cada função. Este pressuposto é retomado mais tarde por Givón (1995) e outros funcionalistas para quem a motivação (princípio da iconicidade) do código linguístico está sujeita às pressões diacrônicas corrosivas tanto na forma (código/estrutura) quanto na função (mensagem), constatando-se arbitrariedade na codificação linguística.

Desse modo, o código sofre constante erosão provocada pelo atrito fonológico, e a mensagem recebe alterações em virtude da elaboração criativa do falante. Essas pressões geram ambiguidades: quanto ao código, verifica-se a correlação entre uma forma e várias funções (polissemia); quanto à mensagem, observa-se a correlação entre várias formas e uma função (variação).

Na polissemia, o termo mantém uma forma, mas pode apresentar diferentes sentidos. Um exemplo é a forma *-inho* que admite as funções: tamanho pequeno (*bolinho*), carinho (*paizinho*), pejoratividade (*gentinha*), valor superlativo (*devagarzinho*). Esse fenômeno rompe com a cadeia fechada entre forma e função, possibilitando a derivação de sentidos diversos.

A variação também viola esse isomorfismo, uma vez que várias formas podem exercer uma única função. Um exemplo é a função sintático-semântica de impessoalização do sujeito que pode ser expressa nas seguintes formas: 3ª pessoa do plural (*Falaram de você.*), verbo acompanhado da partícula *-se* (*Construiu-se a cidade. Precisa-se de construtores.*), voz passiva (*Uma ponte foi construída.*), pronome indefinido (*Alguém fez isso.*), pronome na 3ª pessoa do singular sem referente expresso (*Eles saíram.*)

Nessa perspectiva, a indeterminação do sujeito trata-se de um caso de variação, uma vez que existem diferentes formas para exercer a mesma função.

Nas gramáticas de língua portuguesa estão consignados, em geral, dois expedientes que caracterizam a indeterminação do sujeito, dentre eles: (a) empregar o verbo na 3ª pessoa do plural, sem referência anterior ao pronome eles ou elas, e a substantivo no plural; (b) usar o verbo na 3ª pessoa do singular acompanhado da partícula *se*, desde que o verbo seja intransitivo, ou tenha complemento preposicional, ou seja, com verbo transitivo indireto.

No entanto, em nossa prática docente, é difícil ensinarmos para os alunos, sobretudo, o funcionamento do primeiro expediente arrolado pelo autor. Por isso, neste estudo, a nossa preocupação fulcral é tanto discutir o fenômeno em questão quanto apresentar outras formas de indeterminação do sujeito a partir da língua em uso, a fim de auxiliar o professor em sala de aula.

Por acreditarmos que só a partir da língua em seu uso diário é possível analisarmos os fatos linguísticos, adotamos preceitos do Funcionalismo Linguístico, vertente que, dentre outras coisas, preocupa-se em estudar a relação entre as estruturas gramaticais e os diferentes contextos comunicativos em que essas estruturas são usadas.

Neste artigo, apresentamos um levantamento sobre o tratamento dado à indeterminação do sujeito nas gramáticas tradicionais e nos livros didáticos. Em seguida, discutimos o tema na visão de linguistas. Essas discussões podem auxiliar diretamente o professor, ampliando a compreensão desse fenômeno linguístico.

## 2. A indeterminação do sujeito nas gramáticas tradicionais

Said Ali (1964) classifica o sujeito indeterminado como indefinido. Segundo ele, para efeito de indeterminação, emprega-se o verbo ou na terceira pessoa do plural ou na forma reflexiva, ou usa-se o verbo na forma ativa dando-se por sujeito um pronome indefinido: *Assassinaram o ministro. Estão batendo a porta. Morre-se de frio. Alugam-se cadeiras. Desistiu-se da empresa. Alguém está batendo.*

Para Kury (1970), a configuração linguística típica de sujeito indeterminado, em português, é o verbo na terceira pessoa do plural, “não referindo a nenhum substantivo no plural anteriormente expresso, nem ao pronome eles”. O autor arrola os seguintes exemplos: *Pediram silêncio. Vão lá pedir sinceridade ao coração!*. O autor acrescenta que

há autores que consideram como caso de sujeito indeterminado o que é constituído materialmente por pronomes indefinidos que nada esclarecem quanto à identidade do agente (ou do paciente, na voz passiva), o que nos parece confusão entre os conceitos de ‘indeterminação’ e ‘indefinido’, numa análise antes lógica do que sintática. Na verdade, ao dizer ‘*Alguém bateu à porta*’, o sujeito alguém é determinado, embora indefinido, apesar de nada esclarecer quanto à identidade do agente – tão determinado e indefinido como o substantivo desconhecido nesta oração: *Um desconhecido bateu a porta* (KURY, 1970, p. x).

Para Bechara (1989) há duas formas de marcar a indeterminação: 1) verbo (ou o auxiliar, se houver locução verbal) na 3ª pessoa do singular ou mais frequentemente, do plural, sem referência à pessoa determinada; 2) pronome *se* junto ao verbo de modo que a oração passe a equivaler a outra que tem por sujeito *alguém*, *a gente* ou expressão sinônima. O autor apresenta os seguintes exemplos: *Diz que eles vão bem.* (diz = dizem). *Estão chamando o vizinho. Vive-se bem aqui. Precisa-se de bons empregados.* É preciso ressaltar que, atualmente, esse tipo de sujeito não é abordado por Bechara. Isso talvez seja motivado pelo modo como o gramático define sujeito, considerando-o “uma noção gramatical, e não semântica, isto é, uma referência à realidade designada, como ocorre com as noções de *agente* e *paciente*. Assim, o sujeito não é necessariamente o agente do processo designado pelo núcleo verbal” (BECHARA, 2009, p. 410).

Segundo Rocha Lima (1998), a língua vale-se de dois expedientes para indeterminar o sujeito: 1) empregar o verbo na 3ª pessoa do plural sem referência anterior ao pronome *eles* ou *elas*, e a substantivos no plural; 2) usar o verbo na 3ª pessoa do singular acompanhado da partícula *se*, desde que o verbo seja intransitivo, ou traga complemento preposi-

cionado. Exemplos arrolados: *Falaram mal daquela moça. Mataram um guarda. Vive-se bem aqui. Precisa-se de professor.*

Para Luft (2002) uma das duas formas de indeterminação é empregar o verbo na 3ª pessoa do plural sem antecedente; a outra maneira é colocar o verbo no infinitivo dito impessoal. Exemplos: *Comentam que ele não volta mais; É fácil protestar; É preciso manter a calma.* O autor ainda destaca que é má técnica gramatical considerar os pronomes indefinidos como sujeitos indeterminados, confundindo sintaxe com semântica, isto porque a diferença está na ocupação/ não ocupação da posição sintática do sujeito.

A partir desse levantamento, observamos que, embora apresentem divergências entre si, quer ao classificar o sujeito como indeterminado, quer por acolher em seus exemplários frases que não evidenciam a indeterminação sintática do sujeito, como podemos observar nos exemplos de Said Ali (1964): *Alugam-se cadeiras. Alguém está batendo.*, os gramáticos cristalizaram basicamente duas formas para configurar a indeterminação do sujeito: 1) quando o verbo está na terceira pessoa do plural, sem antecedente; 2) quando o verbo intransitivo ou transitivo indireto estão na terceira pessoa do singular acompanhados da partícula *se*.

### **3. A indeterminação do sujeito em livros didáticos**

O levantamento nos livros didáticos mostra uma clara repetição do que está consignado nas gramáticas tradicionais. A tendência é apenas a de reproduzir a visão normativa, sem considerar o uso efetivo da língua. Considerando que todos apresentam as duas formas de configuração do sujeito indeterminado apresentadas nas gramáticas, optamos por acrescentar apenas alguns comentários dos autores sobre o tema, sem apresentar detalhadamente cada definição e exemplos.

Para Sacconi (1985), a indeterminação do sujeito ocorre quando o sujeito não existe como elemento na oração, sendo a sua identidade desconhecida realmente, ou escondida propositadamente. O autor esclarece que quando o sujeito é representado por pronome indefinido, não será indeterminado, mas sim, simples, isto porque há um sujeito como elemento, embora não lhe conheçamos a identidade.

Sacconi (1985, p. 45) destaca que “o problema da identidade do agente pertence muito mais ao terreno da lógica que ao da sintaxe. Caso

contrário, teríamos de ver como indeterminado o sujeito da oração: *Um mascarado roubou o Banco*”.

Paschoalin e Spadoto (1989) consideram caso de indeterminação do sujeito quando em uma oração não é possível determinar qual elemento funciona como sujeito. Essa definição parece abranger os casos de indeterminação, como as frases que possuem verbos no infinitivo pessoal, nas quais não se pode indicar qual termo exerce a função de sujeito. Os autores não fazem referência à transitividade dos verbos que podemos utilizar juntamente com a partícula *se* para efeito de indeterminação.

Segundo Hildebrando (1990, p. 276), o sujeito indeterminado “é o que não se pode ou não se quis apontar por núcleo nenhum, nem substantivo, nem palavra substantivada, nem pronome, nem oração substantiva, sendo comunicado de modo vago”.

De acordo com os autores Nicola e Infante (1992), o fenômeno de indeterminação se dá quando não se quer ou não se pode identificar claramente a que o predicado da oração se refere. Para os autores, essa construção é típica dos verbos que não apresentam complemento direto.

Para esses autores, alguns gramáticos classificam o sujeito de frases do tipo *Ninguém me ama* e *Nada nos fará calar* como indeterminado. No entanto, os pronomes *ninguém e nada* não são suficientes para esclarecer precisamente qual o sujeito da oração, pois confunde o mecanismo gramatical da relação sujeito-verbo com a significação das palavras.

Para Cereja e Magalhães (2010, p. 30), o sujeito indeterminado “é aquele que não aparece expresso na oração nem pode ser identificado, ou porque não se quer ou por se desconhecer que pratica a ação”.

Neves (2003) faz uma observação sobre os livros didáticos, afirmando que, embora tenham melhorado ao longo dos anos, a relação do professor com eles ainda é difícil, por causa do papel que se quer atribuir a esses livros, transformando-os em principal fonte de consultas, na esperança de que cumpram a tarefa de ensinar.

#### **4. A indeterminação do sujeito na perspectiva linguística**

Abreu (2003) refere-se ao sujeito como “o termo da oração com o qual o verbo concorda”. Partindo dessa concepção, o autor justifica o fato de acolher o sujeito indeterminado dentro do escopo das orações sem sujeito. Segundo o autor, em algumas construções em que o verbo fica na

terceira pessoa do singular, acompanhado do pronome *se*, não há um termo com o qual o verbo concorda, por isso, segundo ele, não há sujeito.

O autor considera incoerente a classificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) que abarca sob o rótulo de sujeito indeterminado orações do tipo: *Anda-se muito de bicicleta em cidades do litoral. Vive-se bem melhor em uma cidade pequena. Vende-se muito, nas feiras de antiguidade.* Para o autor,

a legislação não leva em conta a estrutura argumental dos verbos. No caso desta gramática, é mais fácil separar as coisas. O que está indeterminado é o argumento *agente* ou *experimentador* (o locutor não sabe quem está praticando a ação de *andar* e de *vender* ou experimentando a ação de *viver*). O sujeito, enquanto função sintática, não existe, uma vez que não há, como dissemos, nenhum termo com o qual o verbo esteja concordando. Esse raciocínio também se aplica a construções, geralmente na língua falada, em que o verbo fica na terceira pessoa do plural, sem um antecedente expresso como em: *Telefonaram para você ontem. Derrubaram, outra vez, a cerca da frente.* (...) Trata-se, pois, também, de casos de agente indeterminado em oração sem sujeito (ABREU, 2003, p. 84).

Mira Mateus et al. (2003, p. 281-282) apresenta o sujeito de uma frase como sendo “uma das relações gramaticais centrais”. Para as autoras, trata-se da relação gramatical do argumento predicador a que é dada maior proeminência sintática, esclarecendo que o sujeito “é o argumento mais elevado na hierarquia temática (sujeito lógico da frase), é a expressão com a função de tópico (sujeito psicológico, ou seja, é o assunto acerca do qual se afirma nega ou questiona o predicado) e é a expressão que desencadeia a concordância verbal (sujeito gramatical)”. As autoras fazem ainda referência aos sujeitos argumentais, expletivos e também à indeterminação do sujeito. Esta pode ser expressa das seguintes formas:

Pelo clítico nominativo *-se* acompanhado da 3ª pessoa do singular de um verbo. Ex.: *Diz-se que o leite vai faltar.*

Pela 3ª pessoa do plural de um verbo com sujeito nulo. Ex.: *Dizem que o leite vai faltar.*

Pela 2ª pessoa do singular de um verbo em frases com interpretações genéricas Ex.: *Ajudas sempre os amigos e apesar disso eles criticam-te* (MIRA MATEUS et al., 2003, p. 283).

Neves (2003), ao tratar de referenciação, afirma que, na conversação, há maneiras mais expressivas de indeterminar o sujeito que são totalmente ignoradas nas lições da escola. Para isso, a autora vale-se de exemplos extraídos da língua urbana culta: 1) *antigamente você ia ao Cine Ipiranga, eram poltronas ótimas* (NURC/DID-SP-234, p. 578-579); 2)

*Por exemplo, eu posso saber todos os sinais de trânsito de cor, ta, eu memorizei o meu processo (...), mas é preciso que eu aplique, que eu utilize os sinais de trânsito na hora certa (EF-POA-278, p. 283-287).*

Segundo Neves (2003), essa maneira de indeterminar o sujeito, a partir de enunciados reais, permite-nos uma indeterminação muito mais abrangente do que outros gêneros que são contemplados nos livros didáticos. Para a autora,

a terceira pessoa do plural sempre se refere apenas a terceiras pessoas (sem sujeito exposto, singular ou plural), eliminando a primeira e a segunda, enquanto você e o eu, embora sejam pronomes de primeira e de segunda pessoa do discurso, respectivamente, não excluem nenhuma das três pessoas. Nesse ponto, a indeterminação com esses dois pronomes tem a mesma ampla abrangência da indeterminação com o pronome *se*, da qual, porém se distingue pela diferença de registro e pelo maior engajamento das pessoas envolvidas no ato de comunicação, o que significa que, de certo modo, a indeterminação é mais viva, mais carregada de subjetividade (NEVES, 2003, p. 147).

Uma perspectiva diferente sobre a indeterminação do sujeito encontra-se em Azeredo (2008, p. 225-6):

Orações de sujeito indeterminado são empregadas por motivos cognitivos ou discursivos variados, e a língua oferece a seus usuários diferentes meios para indeterminar, dissimular ou mesmo ocultar a identidade do ser humano a quem o sujeito da oração se refere. A razão cognitiva óbvia é o desconhecimento da identidade do ser de que se fala. As razões discursivas, por sua vez, são variadas: a conveniência ou oportunidade da omissão da identidade do sujeito é uma delas, o registro de linguagem empregado ou o gênero de texto produzido é outra.

A partir dessas razões discursivas, Oliveira, Amorim e Rocha (2008) discutem a indeterminação do sujeito no gênero canção, mais especificamente *Gentileza*, de Marisa Monte, destacando que,

nessa canção, o mecanismo de indeterminação mais do que camuflar as intenções de não identificar o sujeito (= Companhia de Limpeza Urbana da cidade do Rio de Janeiro), ou mesmo indiciar a impossibilidade de se apontar o suposto agente do verbo “apagar”, parece-nos uma estratégia para despertar naqueles que ouvem a canção, numa primeira instância: a curiosidade, e, por conseguinte, a adesão daqueles que acreditam que *Gentileza gera Gentileza* (OLIVEIRA; AMORIM; ROCHA, 2008, p. 54-5).

Na perspectiva funcionalista, a função comunicativa é privilegiada. Isso equivale a dizer que os fenômenos gramaticais precisam ser observados, analisados e discutidos, considerando a interação entre os usuários da língua e os diferentes modos de utilização dessa língua. E, nesse contexto, o professor precisa ter uma visão mais ampla dos fatos linguísticos com os quais tem de lidar.

Neves (2003) destaca que o texto é uma unidade que engloba o discurso e os níveis de análise linguística (fonológico, morfológico, sintático e semântico) devem ser considerados no todo do texto, mas distintamente operacionalizados. O manejo separadamente, por exemplo, dos níveis sintático e semântico permite que o aluno consiga distinguir, dentre outros fenômenos gramaticais, a indeterminação sintática e semântica do sujeito.

Acrescentamos que o trabalho linguístico a partir de diferentes gêneros textuais contribui de modo produtivo para uma melhor atuação do professor na sala de aula, uma vez que propicia ao aluno o domínio de diferentes modos de dizer, possibilitando a ampliação de sua atuação e participação no contexto social no qual está inserido.

## **5. Conclusões preliminares**

Estudos de base funcionalista objetivam investigar o uso das expressões linguísticas na interação verbal. Desse modo, a língua é concebida como um instrumento de comunicação em suas diversas situações de uso, não podendo ser tratada como um objeto autônomo. As estruturas das expressões linguísticas são consideradas como configurações de funções, e cada função é vista como um diferente modo de significação na oração.

A partir dessa visão, juntamente com Neves (2003), afirmamos que é preciso que se institua um tratamento escolar mais científico das atividades de linguagem, mais especificamente das atividades ligadas à gramática de língua materna, pois existe a necessidade de uma gramática escolar não apenas limitada a uma taxonomia e a um elenco de funções, mas uma gramática que dê conta dos usos correntes atuais da língua, considerando as diversas variantes no uso linguístico, inclusive a norma tradicionalmente considerada padrão tanto escrita quanto falada.

Neves (2003, p. 146) destaca que

se queremos que nossos alunos se apossessem dos recursos de organização dos enunciados da língua, isto é, se queremos contribuir para que eles “façam e escrevam melhor”, temos de passar por todas as estruturas possíveis da língua, mesmo as que são privilegiadamente usadas na linguagem falada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Antônio Suárez. *Gramática mínima para o domínio da língua padrão*. São Paulo: Ateliê, 2003.
- ANDRE, Hildebrando A. de. *Gramática ilustrada*. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1990.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa: Curso de 1º e 2º Graus*. 33. ed. São Paulo: Nacional, 1989.
- BOLINGER, D. *Aspects of language*. New York: Harcourt, Brace, 1968.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: linguagens*. 8º ano. 6. ed. reform. São Paulo: Atual, 2010.
- GIVÓN, Talmy. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- KURY, Adriana da Gama. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 1970.
- LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Globo, 2002.
- MIRA MATEUS et al., Maria Helena. *Gramática da língua portuguesa*. 6. ed. Lisboa: Caminho, 2004.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2003.
- NICOLA, José de; INFANTE, Ulisses. *Gramática contemporânea da língua portuguesa*. 8. ed. São Paulo: Scipione, 1992.
- OLIVEIRA, A. M.; AMORIM, C. M. S.; ROCHA, L. H. P. Gentileza gera gentileza: a leitura da indeterminação do sujeito no gênero canção. *Revista Saberes Letras*. Vitória/ES, v. 6, n. 1, p. 46-57, 2008.
- PASCHOALIN; SPADOTO. *Gramática: teoria e exercícios*. São Paulo: FTD, 1989.
- ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

SACCONI, Luís Antônio. *Nossa gramática: teoria e prática*. 7. ed. São Paulo: Atual, 1985.

SAID ALI, Manuel. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed. Brasília: UnB, 1964.